

A "ANTIGA FÁBRICA DA BHERING" E O PROJETO DE "REVITALIZAÇÃO" DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Geisa Bordenave¹

Resumo

Nos últimos anos a área portuária da cidade do Rio de Janeiro tem sido alvo de inúmeras intervenções do poder público em função do projeto de "revitalização" desta região. Em meio a esse contexto, temos um caso emblemático que conjuga as ideias de "revitalização" e "culturalização" através da transformação da antiga fábrica da Bhering em um "polo cultural de arte contemporânea". Após a desativação da fábrica, o prédio passa a ser sublocado pelos proprietários para artistas e pequenos empresários. Busco analisar os conflitos e instabilidades geradas a partir do momento em que os locatários recebem uma ordem de despejo, no ano de 2012, e que modifica profundamente as relações e formas de organização do grupo. O prédio teria sido leiloadado e arrematado por uma empresa que exige a saída dos que ali estão. Surge uma aliança com a Prefeitura a partir da possibilidade de que os artistas, até então locatários do prédio, tornem-se os gestores do imóvel, após uma possível desapropriação da antiga fábrica por conta de dívidas que os proprietários possuem com a União.

Palavras-chave: "Culturalização", "revitalização da zona portuária", "Porto Maravilha", "antiga fábrica da Bhering".

Abstract

In recent years the port area of the city of Rio de Janeiro has been the subject of numerous intervention by public authorities according to the project of "revitalization" of this region. Amid this context, we have an emblematic case that combines the ideas of "revitalization" and "culturalization" through the transformation of the old factory Bhering in a "cultural center of contemporary art". After the shutdown of the factory, the building happens to be sublet by the owners for artists and small business owners. I try to analyze the conflicts and instabilities generated from the time the renters receive an eviction order, in 2012, and that profoundly alters the relationships and forms of group organization. The building would have been auctioned and sold for a company that requires the output of which there are. Comes an alliance with the City from the possibility that the artists until then the building tenants, become the property managers, after a possible expropriation of the old factory because of debts that the owners have with the Union.

Keywords: “Culturalization”, “revitalization in the port region”, “the former bhering factory”

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no PPCIS/UERJ. Bolsista Faperj, E-mail: geisabordenave@gmail.com

Porto Maravilha e a "antiga fábrica da Bhering"

Os acontecimentos relativos à "antiga fábrica da Bhering"² devem ser, antes de mais nada, compreendidos à luz do contexto de "revitalização" vivido pela zona portuária do Rio de Janeiro nos últimos anos. O projeto "Porto Maravilha" foi apresentado pela prefeitura da cidade no ano de 2009 como o "novo" plano urbanístico para esta região. No entanto, não se pode dizer que a "revitalização" era uma novidade. Esta questão já havia sido discutida anteriormente, e a "revitalização" dos bairros Saúde, Gamboa, e Santo Cristo, bairro onde se localiza a antiga fábrica da Bhering, era prevista desde meados de 2007. No entanto, o "Porto Maravilha" foi trazido novamente como um plano de "revitalização" de maiores proporções – incluindo o bairro portuário do Caju e parte dos bairros do Centro, Cidade Nova e São Cristóvão – e com um aumento significativo dos investimentos do Governo Federal, em virtude da aprovação do Rio de Janeiro como a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

“Naquele momento, a Zona Portuária estava em processo de resignificação perante a *geografia moral* da cidade, como conceituada pela antropóloga Gary McDonogh (2003): nos imaginários construídos por diferentes mídias, não estava mais sendo associada apenas à prostituição, ao tráfico de drogas e às “favelas”, despontando notícias que positivavam alguns de seus espaços e habitantes. Essa transformação da percepção da mídia se relacionava diretamente com a instalação de alguns bares e casas de *show* voltadas para um público de classe média na Rua Sacadura Cabral e também com a reforma do terminal de passageiros do porto, que havia incentivado o desembarque de turistas de cruzeiros marítimos internacionais e nacionais na cidade.” (SAMPAIO, 2011, p. 25).

O Porto Maravilha prevê a realização de uma série de obras públicas nesta região da cidade. O objetivo divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro é o de transformar o entorno do porto numa área de negócios, entretenimento e turismo internacional. Além disso, o projeto prevê ainda uma ampliação do caráter residencial da região. Segundo dados da prefeitura, atualmente residem na Zona Portuária aproximadamente 28 mil pessoas – de classes populares em sua grande maioria -, e o objetivo do projeto seria transformar a população residente num universo de 100 mil habitantes.

"Trata-se de uma operação mista, realizada por meio da maior parceria público-privada do país. A partir de 2010, importantes obras públicas, viárias e de saneamento, começaram a ser feitas na região portuária. Na segunda

² Este artigo é fruto de pesquisa de campo realizada nos anos de 2012 e 2013, e que deu origem à minha dissertação de mestrado defendida no PPCIS/UERJ (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), sob orientação de Patricia Birman.

fase dessas reformas urbanísticas, o capital privado está sendo massivamente investido na construção imobiliária. Graças a uma legislação favorável aos interesses privados, a Prefeitura tenta atrair capitais e investidores nacionais ou estrangeiros para a região. Nessa operação urbana, os poderes públicos, proprietários de grande maioria dos terrenos, aparecem mais como agentes do que como reguladores do mercado" (SOUTY, 2013, p. 2).

Um argumento bastante utilizado pelo poder público para justificar a utilização de determinados moldes no projeto de "revitalização" da região portuária é a comparação com as regiões portuárias de cidades estrangeiras, que servem como exemplo de sucesso a ser seguido. A degradação desta região da cidade, segundo o secretário de patrimônio da Prefeitura, seria consequência de uma perda de função "ou digamos de uma nova lógica da própria economia e da atividade industrial que passa a ser muito mais eficiente, demandar menos metro quadrado, menos território". Esta seria uma característica comum entre cidades "pós-industriais" do mundo inteiro: as áreas portuárias perdem em parte sua função e passam a ser apropriadas de outras formas, que o secretário aponta como "atividades ligadas a uma atividade econômica baseada em bens culturais". Cidades como Buenos Aires, Cidade do Cabo (Cape Town), Rotterdam e Barcelona servem como exemplo e inspiração para a elaboração do Porto Maravilha. Na maioria das cidades onde as áreas portuárias passaram por processo semelhante ao do Rio de Janeiro as regiões haviam perdido suas clássicas funções industriais e econômicas (importação e exportação de bens de consumo), mas permaneceram com as atividades de transporte de passageiros. Isso acarretou na criação de novos portos "culturais" – como o destacado exemplo de "sucesso" Port Vell, em Barcelona (SOUTY, 2013)

Estamos assistindo a transformação do porto do Rio de Janeiro no que poderia ser chamado de "porto cultural" (SOUTY, 2013) – processo que tende a se acentuar nos próximos anos em que a cidade será sede de "megaeventos" como a Copa do Mundo e Olimpíadas. Desta maneira, a zona portuária da cidade passa por um processo de "patrimonialização" e "culturalização" progressivos na atualidade.

"De uma certa maneira a política pro porto, é uma política baseada em fazer essa transição desse território de caráter industrial pra um território mais ligado a uma economia baseada em bens culturais, criativa, do conhecimento." (Washington Fajardo, Secretário de patrimônio da Prefeitura do Rio de Janeiro)

O Rio de Janeiro, neste processo de "revitalização", passa, assim como muitas outras cidades já citadas anteriormente, por um processo de "enobrecimento", também

chamado de "gentrificação" tradução do termo em inglês – *gentrification*. O processo de *gentrification*, com base em Smith (1996), Zukin (1995), Featherstone (1995) e Harvey (1992) faz referência às intervenções urbanas voltadas ao *city marketing* ou à transformação de regiões históricas degradadas em áreas voltadas para o entretenimento urbano e consumo cultural.

"Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção na 'concorrência inter-cidades', através do uso estratégico do patrimônio, a mais recorrente característica dessas intervenções urbanas tem sido uma realocização estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio uma mercadoria cultural, passível de ser reapropriada pela população e pelo capital" (LEITE, 2008, p. 36).

Para Rogério Proença Leite, uma das características centrais nos processos de enobrecimento (ou gentrificação) é a "espetacularização da cultura". Esta característica é perceptível na "revitalização" da área portuária do Rio de Janeiro, que passa por todo um processo de revalorização – frequentemente chamado de "resgate" - da cultura africana e das manifestações artístico-culturais desta região. Pode-se falar, inclusive, a meu ver, num "enobrecimento de visitação" (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), considerando que as modificações realizadas na área do porto dentro deste processo "revitalizador", possuem um forte apelo turístico e intenção de transformação da área num "polo de cultura e entretenimento", voltado principalmente para os visitantes – sejam de outras áreas da cidade ou turistas, e por outro lado, nenhuma intervenção que esteja voltada à recuperação de moradias da população de baixa renda residente da área.

"A monumentalidade arquitetônica e urbanística não é a única forma de espetacularização da cultura. No Brasil, o forte apelo da suposta e discutível autenticidade da cultura popular tem sido um dos mais poderosos recursos para a retraditionalização desses espaços enobrecidos, em uma perspectiva espetacular e mercadológica da cultura" (LEITE, 2010, p. 78).

A Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou no interior do Porto Maravilha um programa que busca atender à lógica aqui mencionada - de "espetacularização da cultura"-, o chamado “Porto Maravilha Cultural”, que visa, segundo o discurso divulgado, a “valorização e resgate do patrimônio da Região Portuária”.

O programa “Porto Maravilha Cultural” se baseia na ideia de preservação do “patrimônio material e imaterial”. Como exemplo de “patrimônio imaterial” o Porto

Maravilha assinala o samba na Pedra do Sal – embora a Pedra do Sal propriamente dita já tivesse sido tombada também como patrimônio material há alguns anos atrás -, que “na segunda metade do século XIX, reunia sambistas estivadores para rodas de samba nas casas das tias baianas. Lá, africanos escravizados que trabalhavam no cais e nos trapiches descarregavam a mercadoria. A tradição segue forte nos dias de hoje, com o apoio do Porto Maravilha Cultural.” No ano de 2007, inclusive, o "samba carioca" foi considerado patrimônio cultural, sendo tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A Pedra do Sal faz parte do chamado “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana”, que tem como objetivo valorizar um conjunto de lugares que seriam considerados marcantes para a memória da cultura afro-brasileira, como o Cais do Valongo, Largo do Depósito e o Instituto Pretos Novos. Os "artistas da Bhering" tem sido frequentemente citados na mídia como parte desse circuito cultural da Zona Portuária, embora não tenham necessariamente associado a eles uma valorização ligada à herança africana. O "valor artístico-cultural" tem sido utilizado como argumento para posicionar os "artistas da Bhering" nesse contexto, embora essa conexão não apareça no discurso “oficial” veiculado pela Prefeitura do Rio através do site do projeto Porto Maravilha.

O projeto Porto Maravilha sustenta o discurso de valorização da região portuária através da arte e da cultura, buscando não apenas a “valorização da tradição”, mas também a implantação de “projetos de grande impacto” na região como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), na Praça Mauá, que já foi inaugurado no ano de 2013, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, inaugurado em 2015. Ambos têm apoio da Fundação Roberto Marinho e pretendem dar “nova cara à entrada do porto”, trazendo à tona a "monumentalidade arquitetônica e urbanística" como forma de espetacularização da cultura típica dos processos de enobrecimento – *gentrification*. Um outro aspecto central nos processos de "enobrecimento" é a ideia de uma "reativação" do que os urbanistas costumam chamar de "espaço público" (LEITE, 2010). No Rio de Janeiro não foi diferente. A decisão de implodir o elevado da Perimetral – e que gerou muitas controvérsias entre especialistas e também entre a população – trouxe como uma de suas justificativas a "reativação do espaço público" da região, que ficara completamente comprometido pelo posicionamento do viaduto.

Para realizar a coordenação do processo de implantação do Porto Maravilha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP),

empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura.³ A inauguração do MAR representa, segundo a Prefeitura do Rio, um dos marcos do projeto Porto Maravilha.

Breve histórico da Bhering e sua transformação em um "polo cultural"

A fábrica Bhering esteve em funcionamento a partir de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, de onde, segundo relato de um dos proprietários da fábrica, foi desapropriada após determinação do então prefeito Pereira Passos, devido à abertura da Avenida Rio Branco. A fábrica foi então transferida para outra rua do centro da cidade, Rua Treze de Maio, de onde novamente foi retirada após a construção do Theatro Municipal.

A fábrica Bhering foi instalada no bairro de Santo Cristo, zona portuária do Rio de Janeiro, na década de 30, onde esteve a pleno vapor, produzindo chocolates, doces e café, até meados da década de 90. Segundo relato de um dos proprietários da fábrica esta região da cidade parecia uma boa opção pois era uma região que parecia "ter futuro", no entanto, acabou se tornando "decadente" e abandonada pelo "setor público".

Em meados da década de 90 a fábrica Bhering foi desativada. Após este acontecimento os proprietários passaram a alugar espaços do interior do prédio, que é de proporções gigantescas – aproximadamente 20 mil metros quadrados, ocupando um quarteirão inteiro no bairro de Santo Cristo. Inicialmente os espaços alugados quase todos destinados a depósitos dos mais diferentes tipos de materiais. Até que, no ano de 2005, uma empresa que produz e comercializa móveis em madeira alugou um grande espaço no terceiro andar da "antiga fábrica da Bhering". Pouco tempo depois, o irmão do dono desta empresa, artista plástico, alugou outro espaço no interior do prédio para instalar seu ateliê.

Entre os anos de 2005 e 2012 diversos artistas passaram a se interessar por espaços no interior da fábrica desativada. É possível dividir a chegada desses novos atores em dois momentos: entre 2005 e 2009, numa entrada tímida e lenta, trazida por um "boca a boca" entre os locatários; e entre 2009 e 2012 numa entrada acelerada e volumosa, provavelmente estimulada pelo projeto de "revitalização" da zona portuária da cidade que vem à tona neste momento. É também a partir do ano de 2009 que a exposição da "ocupação de artistas" no prédio da Bhering aumenta consideravelmente, certamente associada também ao projeto de

³ “A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além de administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.” (Site do Museu de Arte do Rio).

"revitalização" que atrai os olhares e os investimentos de setores públicos e privados para esta região da cidade, imbuído ainda de uma ideia de "porto cultural" que privilegia a inserção do caso da Bhering em tal contexto.

No ano de 2012 a "antiga fábrica da Bhering" havia se consolidado como um "polo cultural" da cidade, com veiculação em mídias de massa, e sobretudo na mídia especializada, surge frequentemente citada como um "novo reduto de arte contemporânea", sendo visitada constantemente por artistas plásticos e pessoas que se interessam por arte. O grupo de locatários era composto por 88 artistas plásticos e pequenos empresários. A entrada de novos artistas no prédio foi completamente cessada em meados de 2012, apesar de uma grande fila de espera, devido ao desencadeamento da "crise da Bhering".

O tombamento da antiga fábrica da Bhering

Como parte do projeto de “preservação do patrimônio” da área portuária da cidade uma série de tombamentos de imóveis foram realizados. Embora o tombamento da antiga fábrica da Bhering (que já era “preservada”, portanto, o tombamento, segundo técnicos da Prefeitura do Rio, teve valor puramente "simbólico") tenha ocorrido em julho do ano de 2012, o imóvel não aparece no “mapa de tombamentos” divulgado no site do projeto Porto Maravilha. Vale ressaltar que o tombamento do prédio não mudou a situação que os artistas e empresários que estão alugando espaços na Bhering enfrentam, pois não interfere nas questões práticas que têm sido problemáticas para os artistas: não garante judicialmente a permanência no prédio e não redefine nas mãos de quem fica o imóvel. Sendo assim, os “artistas da Bhering” aguardam o andamento do processo de desapropriação do prédio.

O discurso adotado pela Prefeitura, em relação à revitalização da área, traz a noção de “valorização e resgate do patrimônio da Zona Portuária”, trazendo a ideia do patrimônio cultural como passível de “apropriação e perda”. Nesta abordagem “a História aparece como 'um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma 'cultura', 'tradição', 'identidade' ou 'memória' nacional tendem a se perder” (GONÇALVES, 1996, p. 22) O papel dos tombamentos seria o de impedir essa destruição e “proteger o patrimônio”. A ideia de "preservação da memória e do passado" é recorrente e atravessa o discurso apresentado pelo poder público, baseando-se numa contemporânea "obsessão pela memória" (Santos, 2013), que vem legitimando muitos projetos calcados na intenção de "proteger" a memória. O caso específico do tombamento do prédio da Bhering foi

analisado por alguns críticos como "oportunista" por ter ocorrido justamente quando o conflito entre os artistas da Bhering e os proprietários do prédio culminou após o imóvel ser leiloado.

Após o recebimento da ordem de despejo e a explícita declaração de apoio da Prefeitura ao grupo de artistas, o prédio foi imediatamente tombado sob o argumento por parte do secretário de patrimônio de que se tratava de um prédio com "reconhecido valor histórico" e que, por isso, "merecia ser tombado". No entanto, o prédio onde funcionava a fábrica da Bhering, situado na rua Orestes, número 28, já era um bem considerado "preservado" desde meados da década de 1980, quando foi instituída a APAC (Área de Proteção do Ambiente Cultural) intitulada SAGAS – sigla elaborada a partir dos nomes dos bairros que a abrangem: Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que "preservou" cerca de 1.100 edificações da região. Uma primeira lei, instituiu em 1987 uma APA – Área de Proteção Ambiental – para os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro. Logo em seguida, o decreto 7.351 de 01 de janeiro de 1988 veio regulamentar a lei anterior, aperfeiçoando a APA do Sagas, e constituindo o chamado "Escritório Técnico do Projeto SAGAS". "Esse decreto, mais completo, delimita a área e suas subáreas, possuindo relação de imóveis preservados, além de outras normas urbanísticas".⁴ A ênfase recai sobre o aspecto arquitetônico dos imóveis. O desencadeamento da crise da Bhering foi amplamente divulgado nas mídias de massa, o posicionamento da Prefeitura também o foi, e dessa forma, o tombamento foi bastante enfatizado nas notícias que foram veiculadas nos grandes jornais. Provavelmente este ato pode ter sido realizado com o intuito de trazer uma legitimação deste espaço enquanto um lugar propício para a criação de um "polo cultural" – "um prédio com valor histórico reconhecido" - assim como outros centros culturais e museus da cidade, onde o afluxo a estes locais muitas vezes é justificado pelo "valor histórico dos prédios" (DABUL, 2008).

De um lado, a rapidez na resposta da Prefeitura ao conflito existente após o leilão gerou desconfiança – dentro e fora da Bhering -, por outro, esperança e ânimo. Muitos artistas demonstraram satisfação com essa "parceria", além de aliviados por não terem sido, de fato, despejados. Outros se disseram desconfiados de que por trás dessa eficiência em trazer uma

⁴Este texto foi retirado de material institucional disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Há uma série de doze livretos intitulada "Guia das APACs". O primeiro desta série contém informações sobre a APAC SAGAS (Saúde, Gaboa e Santo Cristo) e o Entorno do Mosteiro de São Bento. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172403/guia01.compressed.pdf>. Acessado em 27 de junho de 2018.

resposta de forma imediata ao conflito, poderia haver algum "interesse" não declarado. A lógica de transformar a antiga fábrica da Bhering num bem público que abrigue um "polo cultural" parece estar de acordo com a política de "revitalização" da zona portuária, que busca, sobretudo, incentivar uma "indústria cultural" e trazer novos visitantes para esta região da cidade, principalmente turistas. Os eventos de artistas da Bhering, já há alguns anos, atraem os olhares de turistas estrangeiros que visitam a cidade.

De locatários a futuros gestores

O recebimento da ordem de despejo em julho de 2012 torna-se um episódio determinante na consolidação do grupo de "artistas da Bhering". Antes dessa ocasião, os membros do grupo relatam que pouco conversavam uns com os outros. Com exceção daqueles que já cultivavam uma amizade anterior à chegada na Bhering, as pessoas que ali dividiam o espaço no prédio apenas se cumprimentavam quando se encontravam nas áreas comuns, mas nada além disso. Ainda assim, os encontros em áreas comuns não aconteciam sempre. Muitos espaços alugados encontram-se localizados em pontos relativamente isolados no interior do prédio, que é de proporções gigantescas, além disso, os "artistas" possuem horários de trabalho muito diversificados. Foi após o desencadeamento da "crise da Bhering" que o grupo passou a interagir e realizar encontros e reuniões com regularidade. Uma das artistas, me disse em uma de nossas conversas a seguinte frase "foi a precariedade que nos uniu". Precariedade essa trazida pelo leilão sucedido pela ordem de despejo que os colocou numa situação de extrema incerteza, trazendo a sensação de vulnerabilidade.

Os "artistas" relatam o momento "pós-ordem de despejo" como sendo de extrema apreensão. Muitos haviam acabado de instalar seus ateliês na Bhering e realizado obras custosas para reformar seus espaços. A ordem de despejo representava não só o prejuízo financeiro, mas também a insegurança quanto à falta de local para continuar trabalhando e o sentimento de que haviam sido enganados, considerando que os proprietários do imóvel acumulavam dívidas com a União durante muitos anos e os locatários não haviam sido comunicados do risco eminente: o prédio poderia ser leiloado a qualquer momento.

No entanto, rapidamente após o ocorrido ter sido noticiado pela mídia, a Prefeitura do Rio manifestou seu apoio aos artistas e afirmou que gostaria que eles ali permanecessem, pois naquele espaço ocorreu o que a Prefeitura "pretendia fazer em outros prédios degradados daquela área e não havia conseguido". Ali havia acontecido uma "geração espontânea de arte,

de vida". Nesta ocasião, o prédio, que já era preservado, foi tombado e iniciou-se um processo de desapropriação que se encontra em curso até o momento, meados de 2015.

A Prefeitura do Rio, a partir deste momento, se posiciona a favor dos artistas da Bhering e em geral aparece no discurso dos "artistas da Bhering" como um importante parceiro, não só garantindo a permanência dos locatários que estavam prestes a ser despejados, como também trazendo para o cenário um elemento nunca antes cogitado pelos artistas: a possibilidade de se tornarem os gestores do prédio, transformando o espaço num "centro cultural". Este ponto é controverso entre os próprios membros do grupo: alguns valorizam extremamente a ideia de que o grupo se torne gestor do imóvel e enxergam na Prefeitura uma figura parceira, outros se posicionam de maneira desconfiada em relação ao apoio por parte do poder público e consideram a ideia de se tornarem gestores do prédio problemática, alegando que não desejam ser "donos de centro cultural", apenas garantir o seu espaço de trabalho. É muito frequente no discurso dos "artistas" uma valorização das relações ali existentes em detrimento do prédio em si. Muitos afirmam que o que há de mais valioso ali não seria o imóvel, mas sim as relações estabelecidas entre as pessoas que atualmente ocupam aquele espaço e eventualmente ressaltam o lado negativo de se tornarem os gestores do prédio que seria a dificuldade de administrar um imóvel daquela dimensão e que se encontra em péssimo estado de conservação. Há ainda por parte de alguns o questionamento quanto à legitimidade do curso de ocuparem permanentemente um imóvel público. Um dos artistas, durante uma conversa que tivemos, afirmou que não achava justo que os artistas ali presentes utilizassem o prédio "para sempre" caso a desapropriação fosse realizada. Em sua opinião, sendo um bem público, deveria haver uma espécie de "rodízio" para que outros artistas também pudessem ser beneficiados.

“Você acha que eu quero estresse, cara? Não quero, eu quero relaxar aqui, entendeu? Também não quero ser dono de centro cultural. Também acho que nego viaja nessa. Por que depois que isso aqui virar um centro cultural, e aí como é que vai ser?”

Desde julho de 2012 os "artistas da Bhering" vem recebendo apoio da Prefeitura para permanecerem no prédio. Desta forma, com a promessa de que após a desapropriação, eles receberiam o direito de uso do prédio, transformando-se então nos gestores do imóvel público em questão, os "artistas da Bhering" começaram a se organizar e se reunir formando uma associação: a Associação Criativa Orestes 28 (ACO28). A formação desta associação fez com

que o grupo começasse a se reunir com frequência em reuniões, assembléias e mesmo eventos mais descontraídos.

A justificativa da Prefeitura para o caso da Bhering passa pela comparação com situações semelhantes em cidades da Europa e dos Estados Unidos, embora seja destacada a peculiaridade no caso da antiga fábrica da Bhering:

Após ter sido desencadeada a “crise da bhering” – modo como os artistas costumam se referir ao momento pós-leilão em que todos os locatários recebem a ordem de despejo -, os artistas, que antes trabalhavam individualmente, “cada um no seu espaço”, e sequer se conheciam (com exceção dos grupos de amigos que já haviam se formado antes da ida para a Bhering), começam a se reunir e discutir a formação de uma associação. A ideia de que eles deveriam fazer isso foi proposta pela Prefeitura do Rio durante uma reunião com o próprio prefeito e o secretário de patrimônio que ocorreu no prédio da Bhering logo após o episódio em que os locatários receberam a ordem de despejo. Nesta reunião, o prefeito e o secretário presentes afirmaram que quando ocorresse a desapropriação eles deveriam estar preparados para se tornarem os gestores do prédio. Segundo uma das artistas, o próprio prefeito disse a eles numa visita após o tombamento do prédio, que “eles fizeram ali o que ele gostaria que fosse feito, por isso gostaria que eles permanecessem no espaço”.

“Eu estava aqui, bate um oficial de justiça, falando que eu tenho que sair daqui em trinta dias porque o prédio tinha sido leiloadado. Eu falei 'Como eu vou tirar isso daqui em trinta dias? Ferrou.' E aí como o pessoal aqui é super bem relacionado, a gente sai no jornal no dia seguinte, o prefeito intervém, toma nossas dores, diz que não quer perder essas pessoas, e quer manter um polo artístico aqui. [...] Então a gente faz uma associação em função disso.”

A ACO28 busca, segundo o discurso adotado pelos que a compõem, uma “integração efetiva com o entorno”. Os atuais proprietários do prédio não aprovam eventos que envolvam a população local. Segundo uma das representantes da ACO28 quando os artistas decidiram realizar o evento que se chamou “Fábrica aberta”, onde os ateliês ficaram abertos para visita durante três dias em setembro de 2012, a família proprietária foi contra e eles só conseguiram tornar o evento realidade após assinarem um documento “se responsabilizando totalmente por qualquer coisa que ocorresse durante esse período”.

A ACO28 afirma que faz parte de seu projeto realizar “a recuperação das instalações do prédio e a promoção de ações culturais, artísticas e de fomento à economia criativa” e ainda “colaborar ainda mais com o fortalecimento do corredor artístico-cultural que vem se

constituindo ao longo da região portuária” (Página no *Facebook* intitulada "Antiga Fábrica da Bhering").

A Associação Criativa Orestes 28 conta no momento com 88 associados. Nem todos os artistas/empresários instalados no prédio fazem parte da associação. Alguns não se associaram e outros acabaram deixando de fazer parte da associação ao longo do processo de elaboração do projeto que deveria ser enviado para a Prefeitura.

Para atender à demanda colocada pela Prefeitura de que o grupo de “artistas da Bhering” apresentassem um projeto de autogestão, foi elaborado o “Plano estratégico de autogestão”. Houve primeiro a formação da associação, definição das diretorias e após isso foram realizadas diversas reuniões com o intuito de elaborar o plano em questão. O grupo optou pela contratação de uma empresa que trabalha com “gestão cultural” para que esta realizasse a elaboração do projeto em conjunto com a ACO28.

O “Plano Estratégico de Autogestão” dos artistas da Bhering foi elaborado, sobretudo, com a finalidade de demonstrar para a Prefeitura a capacidade do grupo de gerir aquele espaço administrativa e financeiramente, considerando que, o acordo com a Prefeitura não incluía auxílio financeiro para reformas ou para manter o espaço. A Prefeitura, após a possível desapropriação, apenas cederia o direito de uso do espaço para o grupo de artistas e eles seriam os responsáveis por todo o gerenciamento. Sendo assim, o plano busca demonstrar essa capacidade de “sustentabilidade” ou “autossuficiência” - termos usados pela Prefeitura para abordar o assunto – do grupo em relação ao prédio. Por isso mesmo, boa parte do plano trata puramente do caráter financeiro do prédio: quanto se gastaria para mantê-lo e utilizá-lo e quais seriam as estratégias adotadas pelos artistas para fazer do espaço algo rentável e “sustentável”, apresentando com esta finalidade uma série de tabelas e cronogramas. Outro ponto abordado no plano é a utilização do prédio pela população, considerando que uma das prerrogativas colocadas pela Prefeitura para que a cessão do prédio ocorra é a “contrapartida social” sob forma de “abrir o espaço para a população”. Os artistas incluem esta “abertura do espaço” para a população do entorno através de oficinas e *workshops* que seriam ministrados pelos próprios artistas da Bhering e indicam a possibilidade de uma parte do espaço da fábrica ser transformado numa praça pública.

O “plano estratégico de autogestão” foi concluído em julho de 2013 e entregue diretamente ao secretário de patrimônio Washington Fajardo, na presença do prefeito Eduardo Paes por representantes da diretoria da Associação Criativa Orestes 28 num evento do Sebrae

no Rio de Janeiro neste mesmo mês. Esta entrega acabou ocorrendo com algum tempo de atraso ao previsto anteriormente devido a desentendimentos entre os membros da associação durante o processo, e além disso, no momento em que o plano já estava concluído houve outro atraso devido à série de manifestações que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, houve um “impasse” e alguns artistas da Bhering chegaram a questionar se deveriam continuar levando adiante uma parceria com a Prefeitura nesse momento. Alguns chegaram a afirmar que não deveriam dar continuidade e que não fazia sentido receber o prefeito ali como se “estivesse tudo bem”. No entanto, o grupo decidiu por continuar buscando a parceria e enviaram o plano de autogestão haviam acordado anteriormente com a Prefeitura.

Considerações finais

Os "artistas da Bhering" surgem enquanto grupo a partir do conflito instaurado no lugar quando ocorre o evento da ordem de despejo. De um lado, a justificativa baseada no processo de "revitalização" / "culturalização" da região da cidade em que eles estavam localizados, e de outro, características que tornavam este um grupo socialmente privilegiado – formado por artistas plásticos, representantes da arte contemporânea oriunda da Zona Sul do Rio de Janeiro, tornam possível a permanência dos locatários mesmo após o leilão e o recebimento da ordem de despejo.

A valorização de um polo de arte contemporânea - historicamente ligada a uma camada elitizada da nossa sociedade – situado numa área habitada principalmente por classes populares e considerada “degradada” da cidade, pode ser compreendida, em parte, através da noção de “gentrificação” mencionada anteriormente. Assim como no caso do bairro da Luz, em São Paulo, etnografado por Frugoli Jr. e Sklair (2009), não existiram alterações em termos residenciais, o que nos remete a uma gentrificação não exatamente como a citada por diversos autores, mas em outros moldes. Digo isto porque até o presente momento, o bairro do Santo Cristo não passou por um processo nítido de expulsão de classes populares e entrada de moradores de classes médias e altas. No entanto, há a tentativa constante, através da instalação de um circuito de arte e cultura voltados para as camadas mais altas da sociedade, de introduzir nesta região portuária um determinado estilo de vida e de consumo, produzindo mudanças na composição social deste lugar. Durante a pesquisa de campo, uma de minhas interlocutoras, que faz parte do grupo de “artistas da Bhering” afirmou que não gostaria que o

prédio se tornasse “uma ilha da zona sul na zona portuária”. No entanto, muitos indícios nos levam a crer que a antiga fábrica se tornou quase exatamente isso. Ocupada e frequentada quase que exclusivamente por pessoas oriundas desta região da cidade, a impressão de que há ali uma “ilha da zona sul” não pode deixar de ser notada. Assim como no bairro da Luz, mencionado acima, fica nítido que os frequentadores e os próprios ocupantes da antiga fábrica da Bhering não circulam pelo restante do bairro do Santo Cristo. Chegam em táxis que os deixam na porta, ou em seus carros que são estacionados no interior do próprio prédio, não configurando, a princípio, uma mudança na vida pública do bairro em questão.

É inevitável pensar que se fossem ali outros atores, oriundos de camadas populares, o tratamento e o interesse dispensados pela Prefeitura não seriam os mesmos. O grupo intitulado “de artistas” – apesar de não composto apenas por artistas – constitui o grupo de “desejáveis” levando em consideração os planos do poder público para a área portuária, e considerando a “arte” como “revitalizadora em si”. Diversas foram as propostas por parte dos “artistas da Bhering” de implantação de oficinas, workshops e cursos que permitissem uma aproximação com a população residente no entorno do prédio. Tímidas e pontuais, as iniciativas não conseguiram realizar de fato uma “integração” com o bairro. É importante observar que diversas manifestações culturais estão presentes no bairro do Santo Cristo, mas a valorização da arte que é trazida pela antiga fábrica da Bhering, em detrimento das demais, traz uma hierarquização moral de “civilizados *versus* marginalizados”. Sendo os “civilizados”, “revitalizadores”, detentores de um saber que poderá ser compartilhado com os “marginalizados” que habitam esta região “degradada” da cidade (LEITE, 1995; PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; SAMPAIO, 2016).

Ainda assim, dúvidas a respeito da legitimidade do apoio do poder público têm sido levantadas devido à demora do andamento do processo de desapropriação – que entre julho de 2012 e outubro de 2015 ainda não foi concluído. Recentemente, artistas da Bhering têm acusado a Prefeitura de ter assumido, na época do desencadeamento da crise, uma postura “eleitoreira”, promovendo uma falsa sensação de apoio para promover a Prefeitura diante da ordem de despejo amplamente divulgada nas mídias de massa.

No decorrer da formação do grupo e da associação (ACO28), subgrupos foram se formando por diversos motivos. O grupo, ao mesmo tempo em que se formou, se fragmentou em grupos menores, onde provavelmente havia maior facilidade de se encontrar interesses em comum. Ainda que o objetivo maior fosse comum a todos – garantir a permanência no prédio

– o grupo, numeroso e heterogêneo, encontrava muitas dificuldades em funcionar como um coletivo. Alguns artistas, que não se sentiam contemplados pelos objetivos da associação, atualmente procuram outros espaços para montarem seus ateliês, afirmando que haveria "politicagem" determinando a realização dos eventos no prédio da Bhering. Ao longo do processo de formação do grupo de "artistas da Bhering" certas formas de conexão com o entorno foram elaboradas, ainda que "pelo alto". A aproximação com o entorno parece se dar baseada na premissa de que os "artistas" tinham algo a oferecer de positivo para esta região da cidade, considerada "degradada" e passível de "revitalização" via cultura.

O grupo de artistas, embora permaneça à espera da conclusão do processo de desapropriação, e tenha se fragmentado em subgrupos, como foi mencionado anteriormente, tem se consolidado como um "espaço cultural" reconhecido, vinculado ao ArtRio⁵, sendo citado no "Mapa Cultural" como parte do circuito cultural do estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos**. São Paulo: Anablume, 2006.

DABUL, Ligia. Museu de grandes novidades: centros culturais e seu público. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 14, n. 29, jan /jun, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRÚGOLI JR, Heitor; SKLAIR, Jéssica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*. In: **Cuadernos de Antropología Social**, n. 30, pp. 119–136, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 72, fev. 2010.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, p. 35-54, dez. 2008.

⁵ArtRio é uma conhecida feira de arte contemporânea realizada anualmente no Piere Mauá, Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. O evento "Fábrica Aberta" promovido pelos artistas da Bhering tem sido realizado simultaneamente ao ArtRio há três anos.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2014.

SAMPAIO, Roberta. A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

_____. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 149-168, jan/abr, 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and revanchist city**. London: Routledge, 1996.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.9, jul/dez. 2013.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Cambridge: Blackweell, 1995.

Referências de Sites e textos eletrônicos

Página "Antiga fábrica da Bhering", Facebook. Disponível em <http://www.facebook.com/pages/Antiga-fábrica-da-Bhering>, acessado em 07/08/2013.

Site do projeto Porto Maravilha da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx, acessado em 05/08/2013.

Site do Museu de Arte do Rio (MAR), 2013. Disponível em <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar/porto-maravilha>, Acessado em 06/08/2013.

Site "Respostas Sustentáveis", 2014. Disponível em <http://www.respostassustentaveis.com.br/tag/squats>, acessado em 17/01/2014.

Site da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/>, acessado em 27/06/2018.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018